

## Apresentação



O ano de 1968 é como um Fla-Flu. “Já começou e não tem hora para acabar”. Seguindo à risca o conselho de Nelson Rodrigues, envelhecemos. Não há mais padres de passeatas, as meninas da PUC desfilam como modelos e os alunos de economia não entendem mais de políticas públicas. Sempre há dois lados, ao contrário do Keynes, que encantou Roosevelt por ter apenas um.

Nossa reforma sanitária anda virando “new look” de banheiro. A psicanálise se esqueceu de que um caminhante que grita no escuro pode espantar o medo, mas não faz surgir a luz, a psiquiatria descobriu que temos cérebro e a psicofarmacologia do cotidiano nos diz que tudo pode ser diagnosticado e, é claro, medicado.

Na saúde mental, o que foi iniciado em 1968 se consagra: a assistência. Por ela passam aspectos básicos da vida moderna. O direito de asilo, que até então correspondia ao isolamento, transformou-se em inclusão social. Morar na cidade é terapêutico para os doentes assistidos, pois podem ser acolhidos, cuidados e continuar sendo acompanhados. A participação democrática dos pacientes em seu tratamento nas comunidades terapêuticas abarcou novos espaços além dos muros de uma cidadela asilar e construiu os determinantes de 1968 para a política pública em saúde mental.

A tragédia e o drama permanecem. Louis Althusser se confessou um far-sante marxista, mas também um épico homicida, Medéia de outro gênero.

A sexualidade, que estava à flor da pele em 1968, quase sessenta e nove, tornou-se banal, temporária e de risco. Além disso, a função reprodutiva se encolheu e muitos não querem ter filhos.

As pessoas vivem cada vez mais e, no entanto, não sabem o que fazer com tanto tempo de vida. Maridos aposentados ficam em casa dando ordens e aborrecem suas esposas, menores vagam pelas ruas para fugir de suas famílias e adolescentes se drogam com esteróides anabólicos para marombar e, assim, arrumar o trabalho da vez: segurança.

Em 1968, vivia-se menos, “entre quatro paredes”, mas como era bom: tantos amigos e amigas, tanta paixão, tanta generosidade! O ano nem começou para alguns e já acabou para muitos. Aqueles que acham, tal qual Vieira, que nascemos pequenos e devemos morrer grandes ainda têm muito a crescer e a ensinar sobre essa época.

\*\*\*

Este livro é fruto da mesa-redonda “Saúde Mental e 68”, realizada durante as comemorações dos quarenta anos de 1968 no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em maio de 2008. Seus autores têm participado ativamente das transformações que, sob o impulso das lutas vividas em 1968, modificaram de maneira ampla o campo da saúde mental no Brasil.

Ana Pitta, coordenadora de Saúde Mental à época da promulgação da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que regulamentou a nova assistência em saúde mental no Brasil, ensina na Universidade Federal da Bahia (UFBA). João Ferreira é professor titular do Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ) e foi assessor do Ministério da Saúde nas I, II, e III Conferências Nacionais de Saúde Mental. Ligia Costa Leite, ex-diretora da Escola Tia Ciata, coordena o Programa de Estudo e Assistência para Jovens Evasão Escolar, Drogas e Desafiliação, no Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA/UFRJ), na cidade do Rio de Janeiro. Marci Dória Passos, psicanalista e professora da Faculdade de Letras da UFRJ, é pesquisadora do programa Análise do Discurso Psicótico no IPUB/UFRJ. Manoel Olavo Teixeira é médico da Fundação Oswaldo Cruz e doutor em Psiquiatria pela UFRJ. Patrícia Albuquerque coordena o Programa de Serviços Residenciais Terapêuticos, da Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. E Pedro Gabriel Delgado, coordenador de Saúde

Mental do Ministério da Saúde e professor da Faculdade de Medicina da UFRJ, realizou a III Conferência Nacional de Saúde Mental em Brasília, Distrito Federal, em dezembro de 2001.

João Ferreira